

Goiânia, 21 de setembro de 2005.

Senhores(as) Diretores(as),

Desde o dia 17 de agosto os trabalhadores técnico-administrativos das instituições federais de ensino em todo país estão em greve. A paralisação atinge hoje 39 instituições, a quase totalidade das universidades federais.

Para o conhecimento de V.Exa., em 12 de janeiro de 2005, foi sancionada a Lei 11091/05, que implantou o Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação, trazendo o reconhecimento da importância desses trabalhadores para o fazer coletivo das Instituições Federais de Ensino.

No dia 20/07/05 oficializamos ao governo, através do Ministério da Educação, nossa pauta de reivindicações, buscando principalmente corrigir as imperfeições do referido Plano de Carreira, conquistado após uma longa greve realizada em 2004.

Entre os principais problemas detectados neste Plano queremos destacar os seguintes itens:

- O rebaixamento do teto da tabela salarial fez com que mais de um terço da categoria recebesse uma complementação denominada Vencimento Básico Complementar (VBC), para não terem seus salários diminuídos;

- Indefinição quanto aos recursos necessários para a implantação da segunda etapa deste Plano, algo entre 250 e 320 milhões/ ano;

- A aplicação da racionalização dos cargos, que compreende, dentre outros, modificações na sua localização nas classes, frente à nova realidade no ambiente de trabalho.

Posteriormente o MEC respondeu ao movimento apresentando valores para a implantação da segunda etapa da carreira e a constituição de grupos de trabalho para tratar, dentre outras questões, da solução para o VBC e de outros pontos das nossas reivindicações e apresentou um prazo de 30 dias para propor alternativas para solução das distorções encontradas na implantação da carreira.

Para nossa surpresa e indignação, no dia 02/08/05, o MEC, em audiência, confirma não haver garantias de recursos para o cumprimento dos compromissos assumidos.

Assim, não nos restou outra saída senão a deflagração da greve nacional da categoria.

A garantia de um salário digno é condição mínima para assegurar uma universidade pública cidadã, gratuita e de qualidade, uma vez que os recursos existentes são insuficientes para garantir a manutenção das IFES, o que representa uma ameaça permanente à qualidade de ensino no país.

Assim, solicitamos o apoio desta Entidade através de manifestação junto ao MEC, para que se reabra o processo de negociação com o governo e, também, junto aos Deputados Federais e Senadores de Goiás, para que nas discussões que se travam sobre a Lei do Orçamento Anual, sejam garantidos recursos para o atendimento dos diversos itens da nossa pauta de reivindicações.

**COMANDO NACIONAL DE GREVE DA FASUBRA
COMANDO LOCAL DE GREVE DA UFG**